



OLHARES

REVISTA DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO - UNIFESP

MEINSTRUÇÃO: eventos de letramento em saúde menstrual em escola do Distrito Federal

MEINSTRUÇÃO: eventos de literacidad en salud menstrual en escuela del Distrito Federal

MEINSTRUÇÃO: menstrual health literacy events in a school in the Federal District

Maria Carmen Aires Gomes
Universidade de Brasília
maria.carmen@unb.br

Mayra Marília Policarpo Pedrosa
Universidade de Brasília
mayrapolicarpo@hotmail.com

Elisa Mattos
Universidade Federal de Viçosa
matto.elisa@gmail.com

Resumo: Este texto apresenta resultados do projeto “MEInstrução”, que teve como objetivo observar, identificar, analisar e problematizar os saberes produzidos em discursos com faceta semiótica sobre a pobreza menstrual, em uma escola pública de Ensino Médio de Brasília, Distrito Federal, Brasil, por meio de dois eventos de letramento crítico em saúde. No Evento 1, realizado em formato de roda de conversa, apresentamos aos estudantes os problemas socioculturais e políticos em torno da menstruação, a partir de uma lente interseccional e decolonial para discutirmos questões sobre o acesso (e o não acesso) aos insumos básicos necessários para a gestão da saúde menstrual. No Evento 2, também em uma roda de conversa, tratamos a relação entre lixo menstrual e sustentabilidade ambiental e as consequências do descarte irregular de materiais plásticos menstruais. Com base na ação pedagógica decolonial, esse tipo de evento de letramento crítico refuta e problematiza as condições ontológicas-existenciais interseccionais com o intuito de transformá-las. As ações pedagógicas decoloniais e críticas do projeto permitiram que a comunidade escolar repensasse e ressignificasse sua forma de entender, principalmente, os descartes de insumos menstruais plásticos e seus inúmeros problemas para o meio ambiente.

Palavras-chave: Análise do discurso. Gênero e Educação. ODS.



Resumen: Este texto presenta resultados del proyecto “MEInstrução”, cuyo propósito fue observar, identificar, analizar y problematizar los conocimientos producidos en discursos con faceta semiótica sobre la pobreza menstrual, en una escuela secundaria pública en la ciudad de Brasília, Brasil, a través de dos eventos de literacidad crítica en salud. Así, en el Evento 1, realizado en formato de círculo de conversación, presentamos a los estudiantes los problemas socioculturales y políticos que rodean la menstruación, desde una perspectiva interseccional y decolonial, para discutir temas relacionados con el acceso (y la falta de acceso) a los insumos básicos necesarios para el manejo de la salud menstrual. En el Evento 2, realizado en un círculo de conversación, discutimos la relación entre los desechos menstruales y la sostenibilidad ambiental y las consecuencias de la eliminación irregular de materiales plásticos. Así, a partir de una acción pedagógica decolonial crítica, este tipo de evento de literacidad refuta y problematiza las condiciones ontológico-existenciales interseccionales, para transformarlas. De eso modo, las acciones pedagógicas decoloniales críticas del proyecto permitieron a la comunidad escolar repensar y resignificar su manera de entender, principalmente, el descarte de los útiles menstruales plásticos y sus innumerables problemas para el medio ambiente.

Palabras clave: Análisis del discurso. Género y Educación. ODS.

Abstract: This text presents the results from the “MEInstrução” project, aimed at observing, identifying, analyzing, and problematizing the knowledge produced in semiotic discourses about menstrual poverty, in a public high school in the city of Brasília, Brazil, through two critical literacy events. In Event 1, held as a dialogue circle, we introduced the sociocultural and political problems surrounding menstruation to the participants, following an intersectional and decolonial lens to discuss issues related to the access (and lack of access) to the basic supplies needed to manage menstrual health. In Event 2, also conducted in a dialogue circle, we discussed the relationship between menstrual waste and environmental sustainability and the consequences of the irregular disposal of plastic materials. Hence, based on decolonial pedagogy, such a type of critical literacy event aims to refute and problematize intersectional ontological-existential conditions to transform them. The project’s decolonial and critical pedagogical actions allowed the school community to rethink and resignify their understanding of how the disposal of plastic menstrual supplies impacts the environment.

Keywords: Discourse analysis. Gender and Education. ODS.

Introdução

A casa, a escola, a igreja são espaços seguros para menstruar? Por que falar sobre a educação e saúde menstrual nas escolas é tão importante? Por que a relação entre a precariedade menstrual, o meio ambiente e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Organização das Nações Unidas (ONU), é um conteúdo essencial para os estudos sobre letramento em educação menstrual? A quem interessa falar sobre precariedade menstrual? Esses são questionamentos centrais para pensarmos, inicialmente, sobre o que denominamos “precariedade menstrual” e como esse problema afeta a dignidade das pessoas que menstruam, principalmente em países com altas taxas de vulnerabilidade social, como o Brasil. Neste texto, usaremos o termo ‘precariedade menstrual’ em vez de “pobreza menstrual” por entendermos que se trata de um problema circunstancial e que não se reduz às questões



econômicas.

A menstruação é um problema paradoxal para muitas pessoas: às vezes é compreendida como algo natural, relacionada à feminilidade, ao sagrado feminino, aos direitos reprodutivos, mas muitas vezes também é entendida como algo incômodo, nojento, impuro, sujo, repugnante e até mesmo patológico (Rea, 2019). Essas maneiras de explicar a menstruação são atravessadas por perspectivas biomédicas, religiosas, patriarcais, e muitos desses discursos/saberes têm sido colocados em xeque e decolonizados por trabalhos de educação menstrual, principalmente em espaços escolares, por meio de atividades de letramento crítico (Menegotto, 2022; Rea, 2019; Vásquez, 2022). Isso é importante, uma vez que a precariedade menstrual causa impactos diretos na educação, e a realização, portanto, de eventos de letramento crítico em educação menstrual pode ser uma maneira eficiente de instrumentalizar e mobilizar a comunidade escolar (e o seu entorno) acerca das informações sobre a menstruação, conscientizando-a sobre o acesso ao direito à educação e à saúde pública e coletiva.

A falta de acesso não somente a tecnologias seguras de saúde menstrual, como também à água e ao saneamento básico, coloca pessoas que menstruam (meninas, mulheres, homens trans e pessoas não binárias) em situação de maior vulnerabilidade. A ausência de banheiros seguros e de coleta de lixo adequada, a falta de conhecimento sobre a saúde reprodutiva, os tabus e estigmas menstruais, além do desconhecimento sobre o corpo, são algumas das dimensões que impedem a dignidade de pessoas que menstruam (Assad, 2021; Bobel, 2010; Bobel et al., 2020; Brito, 2021; Buckley, 1982; Buckley; Gottlieb, 1988; Gomes, 2023a, 2023b; Gomes, 2024; Menegotto, 2022; Moreira, 2021; Ribeiro; Santos; Ribeiro, 2021; UNFPA/UNICEF, 2021; Vásquez, 2022; Weiss-Wolf, 2017).

A precariedade menstrual é um problema interseccional, uma vez que os direitos menstruais são marcados pelas histórias intergeracionais de desigualdades de gênero, etnia, raça, geopolítica e classe social, afetando, assim, não só meninas e mulheres cisgênero, mas também homens trans e pessoas não binárias que menstruam e são tolhidos/as/es de suas oportunidades e direitos. Essa realidade se faz visível no documento *Recomendações para a promoção da Dignidade Menstrual no Brasil*, publicado pelo Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) em 2023, no qual a agência de desenvolvimento populacional da ONU, com foco em saúde sexual, reprodutiva e igualdade de gênero, raça e juventudes, aponta o racismo e as desigualdades regionais e de classe como obstáculos para a promoção da dignidade menstrual.

O projeto MEInstrução, desenvolvido no âmbito do Programa Estratégico DEX/DPI/SDH N.º 05 /2023 – Mulheres e Meninas na Ciência: o futuro é agora, da



Universidade de Brasília (UnB), por um período de seis meses (de julho a dezembro de 2023), teve como um de seus objetivos problematizar as relações entre precariedade menstrual, meio ambiente e ciência, a partir de uma série de eventos de letramento crítico em educação menstrual (cf. Magalhães et al., 2022), realizados na UnB e no Instituto Federal de Brasília (IFB) campus Plano Piloto. O projeto está alocado no Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (CEAM) e vinculado ao INCT Caleidoscópio, ambos sediados na Universidade de Brasília (UnB). Nosso objetivo, com o projeto, é fazer com que o espaço escolar seja capaz de aplicar os conhecimentos ali construídos para a tomada de decisões, promovendo a saúde e a educação menstrual, de modo a evitar a evasão escolar e aumentar a produtividade de pessoas que menstruam.

Partindo de perspectivas críticas interseccionais e decoloniais, entendemos que a realização de eventos de letramento crítico em educação menstrual (Magalhães et al., 2022; Magalhães et al., 2023; Magalhães, 2024) é uma das maneiras de a comunidade escolar compreender que a precariedade menstrual é também resultado de práticas de colonialidade. Tais práticas (ainda) são endossadas por meio da operacionalização discursiva de tabus e estigmas menstruais, que afetam, principalmente, no contexto brasileiro, meninas, mulheres, homens trans e pessoas não binárias que vivem nas regiões Norte e Nordeste e em áreas rurais e periféricas, sem infraestrutura adequada de saneamento básico.

Nosso projeto se situa não somente no campo da linguagem/discurso e do letramento como prática social (Chouliaraki; Fairclough, 1999; Fairclough, 2003), mas dialoga também com os estudos sobre letramento crítico em saúde (Magalhães et al., 2022; Peres, Rodrigues, Silva, 2021) e se insere no campo dos estudos feministas decoloniais e interseccionais (Carvajal, 2020; Gomes, 2024; Curiel, 2020; Lugones, 2020; Walsh, 2013; Collins, 2022).

Este texto apresenta resultados do supracitado projeto, que teve como objetivo observar, identificar, analisar e problematizar os saberes construídos, em discursos, sobre a precariedade menstrual, em eventos de letramento crítico (Gomes, 2024). Para contextualizar o projeto, faremos referência a eventos de letramento crítico em educação menstrual realizados na UnB, mas concentraremos nosso relato em dois eventos de letramento crítico desenvolvidos no IFB. Assim, no Evento 1, por meio de roda de conversa com as/es/os participantes, apresentamos problemas socioculturais e políticos relacionados à menstruação, partindo de uma lente interseccional e decolonial, para discutirmos questões relativas ao acesso (e o não acesso) a tecnologias básicas necessárias para a gestão da saúde menstrual. No Evento 2, também por meio de roda de conversa, abordamos e discutimos a relação entre o lixo menstrual e a sustentabilidade ambiental, além das consequências do descarte



irregular dos materiais plásticos.

Os resultados da experiência, aqui apresentados e comentados, têm como ponto de partida a pedagogia de letramentos (Kalantzis; Cope; Pinheiro, 2020). Na primeira seção, apresentaremos conceitos e princípios sobre os estudos em letramento crítico e sua interface com a participação cívica, a preocupação com a equidade e a justiça socioambiental. Na segunda seção, relataremos nossa experiência de letramentos em educação menstrual, para indicarmos, por último, uma agenda futura de estudos sobre a temática.

Letramento crítico em educação menstrual: uma ferramenta para projeto de justiça socioambiental e dignidade

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), o letramento em saúde refere-se a habilidades cognitivas e sociais que determinam a motivação e a capacidade dos indivíduos para obter acesso, entender e usar a informação de maneira a promover e manter uma boa saúde (OMS, 2012). Relaciona-se com a competência e a habilidade de as pessoas agirem, com base em informações que propiciam vidas mais saudáveis e dignas. Essa é uma definição importante para o que pretendemos desenvolver no Projeto. No entanto, partimos de uma perspectiva mais ampla de letramento, como explicaremos a seguir.

O modo como (inter)agimos em nossa vida e como nos relacionamos com o outro e com o mundo que nos rodeia, em situações comunicativas e contextos diversos, afeta a forma como construímos e produzimos significados, informando a nossa participação ética e cidadã na vida em sociedade (Magalhães, 2024; Fairclough, 2003; Gomes, 2023b). Nesse cenário, “usamos letramentos para pensar e construir significados para nós mesmos, para fazer sentido em nossos mundos” (Kalantzis; Cope; Pinheiro, 2020, p. 23), os quais envolvem tanto as “maneiras de ver e pensar (representação)” quanto as de “construir mensagens significativas e eficazes (comunicação)”. Estamos assumindo, junto a Kalantzis, Cope e Pinheiro (2020, p. 25), que os letramentos devem ser abordados partindo-se de uma perspectiva decolonial e interseccional que pode “contribuir para um projeto de equidade, dando a aprendizes de grupos historicamente marginalizados oportunidades que não têm estado disponíveis para eles”, para que essas pessoas possam agir de forma crítica, engajada e agentiva na sociedade. Desse modo, embora os autores não tratem do problema social aqui focalizado (precariedade menstrual), e nem estudam letramento em perspectiva decolonial, entendemos que suas reflexões sobre letramento podem ser estendidas à educação menstrual, da maneira como tratamos no projeto.

Construir conhecimentos e ressignificar saberes sobre a menstruação com estudantes (e também professores/as) em escolas de Ensino Médio por meio de



eventos de letramento crítico é uma das formas de promover a dignidade menstrual, já que a gestão da menstruação é apontada como um dos motivos de evasão escolar e baixa produtividade escolar de estudantes que menstruam, segundo dados do Relatório sobre Pobreza Menstrual no Brasil (2021, p. 11-12), da UNFPA e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). A pouca visibilidade dada aos saberes sobre a menstruação gera problemas emocionais, como desconforto, insegurança e estresse, “já que elas [meninas e pessoas que menstruam] temem vazamentos, dormem mal, perdem atividades de lazer, deixam de realizar atividades físicas; sofrem ainda com a diminuição da concentração e da produtividade” (idem), levando, muitas vezes, à evasão escolar.

A precariedade menstrual é sustentada pelo paradigma moderno-colonial socioeconômico, político e cultural, que produz e mantém significados discursivos e narrativas que explicam e constroem os saberes-poderes sobre a menstruação. Eventos de letramento crítico sobre educação menstrual podem tornar as pessoas que menstruam mais agentivas em seus processos de conhecimento, isto é, podem ser “capazes de contribuir com suas próprias ideias e de negociar as diferenças” nas mais diferentes interações sociocomunicativas (Kalantzis; Cope; Pinheiro, 2020, p. 62). Segundo Jordão (2016, p. 52), “a escola deve abordar conteúdos aos quais os alunos sejam capazes de atribuir sentidos para suas vidas dentro e fora da escola”, ou seja, que os conhecimentos devem ser significativos para eles/elas (Magalhães, 2024).

Zaidan (2019, p. 1311) argumenta que as práticas de letramento crítico “situam-se no centro da luta pela refundação do Estado e constituem traço fundamental de qualquer retomada do desenvolvimento civilizacional, para a qual uma perspectiva educacional humanista é condição indispensável”. Nesse sentido, é importante que as pessoas se posicionem diante de temas sociais complexos. Posicionar-se é um compromisso ético-político que coloca em xeque, decoloniza, enfrenta a indiferença e/ou a manutenção do racismo, do sexismo, da transfobia e do capacitismo, entre outros.

As práticas de letramento crítico “promovem a reflexão, a transformação e a ação” (Cervetti; Pardales; Damico, 2001, p. 6) e permitem aos estudantes “analisar e criticar as relações entre perspectivas, língua, poder, grupos sociais e práticas sociais” (Andreotti, 2008, p. 43). De modo semelhante, Duboc (2016, p. 61) defende que o letramento crítico deve ser encarado “como um exercício de questionamentos das práticas discursivas e como o reconhecimento da relação entre cultura, poder e dominação com vistas à justiça social, igualdade, emancipação e empoderamento”.

Para Barton e Hamilton (1998) e Magalhães (2024), o letramento é um conjunto de práticas sociais associadas a diferentes domínios da vida social,



situadas culturalmente, ou seja, são atravessadas por instituições e relações de poder — são históricas e culturais, portanto, propensas a mudanças. Os autores (p. 6) esclarecem que as práticas de letramento “are the general cultural ways of utilizing written language which people draw upon in their lives”, e são mais abstratas, enquanto os eventos de letramento são “concrete and can be observed, photographed, recorded, and advertised; are activities in which literacy has a role to play, in which written texts are central to the activity, and they can be talked about”¹ (Barton; Hamilton, 1998, p. 6). Em outras palavras, são situações específicas de uso, seja da leitura ou da escrita (Magalhães et al. 2023; Magalhães, 2024).

Em nosso projeto, as práticas de letramento em educação são desenvolvidas nas interações sociocomunicativas entre as bolsistas, a coordenadora e os/as estudantes e se realizam por meio de eventos de letramento crítico, em rodas de conversa conduzidas a partir de exposições feitas com slides e também com o uso da ferramenta Mentimeter para criação de nuvem de palavras. Assim, pelos eventos de letramento, estudantes e professores/as experienciam situações e vivências já conhecidas sobre a menstruação, mas também são imersos em novas situações ou informações sobre a temática, observando e participando do debate na roda de conversa. Os eventos de letramento crítico constituem práticas situadas nas quais os participantes do projeto experienciam os conhecimentos sobre a menstruação em perspectiva decolonial, interseccional e crítica, de forma a gerar práticas transformadoras e emancipatórias (cf. processos de conhecimento dos letramentos: Kalantzis; Cope; Pinheiro, 2020, p. 75).

A relação entre as práticas e os eventos de letramento é dialética, pois os eventos são constrangidos pelas práticas, mas também exercem influência sobre elas. Nesse sentido, podemos dizer que os letramentos são instrumentos importantes para as mudanças socioculturais e políticas, pois são mediados por textos, os quais podem provocar mudanças nas relações sociais e de poder, e na construção de conhecimentos, além de deslegitimar ideologias (Chouliaraki; Fairclough, 1999; Fairclough, 2003; Magalhães et al., 2022; Magalhães et al. 2023; Magalhães, 2024).

O projeto MEInstrução, por meio de eventos de letramento crítico, propõe-se a levar a estudantes e professoras/es informações e conhecimentos sobre a menstruação e as diferentes tecnologias menstruais, debatendo a relação entre tecnologias descartáveis e sustentabilidade ambiental, fazendo com que reflitam

¹ Tradução: “são as formas culturais gerais de utilizar a linguagem escrita, as quais as pessoas fazem uso em suas vidas” e “concretas e passíveis de observação, de serem registrados por fotografia, gravação e divulgação; são atividades em que o letramento desempenha um papel, nas quais os textos escritos são centrais para a atividade e podem ser discutidos”. Todas as traduções são de nossa autoria e responsabilidade.



sobre e questionem a experiência menstrual. Além disso, o projeto tem como propósito colocar esse conhecimento ao alcance não só de meninas, mulheres e pessoas que menstruam (homens trans e pessoas não binárias), mas também de pessoas que não menstruam, como os homens. Estamos partindo do princípio que todas as pessoas, em especial as que menstruam, têm o direito à informação e que todas devem ter condições econômicas e de saúde que lhes permitam passar os dias de menstruação com bem-estar, distantes de situações desconfortáveis ou vergonhosas.

O projeto MEInstrução letramentos, conhecimentos, discursos e educação menstrual

O projeto está situado no campo dos estudos feministas decoloniais e interseccionais latino-americanos: “un campo en construcción, de las experiencias de lucha de las mujeres”² (Rea, 2019, p. 58), que problematiza os processos de entrelaçamento e produção de raça, gênero à colonialidade do poder e do saber, como reflete María Lugones (2020) partindo dos estudos de Aníbal Quijano sobre a colonialidade do poder e a modernidade. Para Lugones (2020, p. 55), “o poder capitalista, eurocêntrico e global está organizado sobre estes dois eixos” — colonialidade e modernidade, que disputam o controle de narrativas, significados e formas de dominação e exploração.

Lugones (2020, p. 67) também argumenta que Quijano não problematiza como as mulheres são/foram afetadas por tais eixos, controles e subjugações, apagando, desse modo, a luta de mulheres colonizadas das áreas da vida social e “acomodando-se no reducionismo da dominação de gênero”. Em *Colonialidad y Género*, a autora (2008, p. 99) afirma que é fundamental pensar não só “en el control sobre el sexo, sus recursos y productos, sino también sobre el trabajo como racializado y engenerizado simultaneamente”³, reiterando a importância de “reconhecer a articulação entre trabalho, sexo e colonialidade do poder” (Lugones, 2020, p. 79). Na mesma direção, Curiel (2010, p. 71-72) compreende que “la imbricación de los sistemas de dominación sexista, racial heterossexista y capitalista”⁴ está no centro das lutas e movimento feministas. Rea (2019, p. 60) acrescenta que essa imbricação é “implícita en las dinámicas de dominación expandidas en la región desde La Conquista, hasta la implementación de la política neoliberal”⁵.

² Tradução: “Um campo em construção, a partir das experiências de luta das mulheres”.

³ Tradução: “no controle sobre o sexo, seus recursos e produtos, mas também sobre o trabalho, simultaneamente racializado e generificado”.

⁴ Tradução: “A imbricação dos sistemas de dominação sexista, racial, heterossexista e capitalista”.

⁵ Tradução: “Implícita nas dinâmicas de dominação expandidas na região desde a Conquista até a implementação da política neoliberal”.



Nesse sentido, Minoso (2020, p. 102) ressalta que precisamos questionar “o que realmente fazemos quando falamos ou quando atuamos”, ou seja, em nossa atuação, “a investigação sobre as práticas faz com que nos perguntemos o que é uma prática, como funciona, quais são as regras que a estabelecem” — para que possamos desnaturalizá-las, decolonizá-las. É pela análise das práticas sociais que colocaremos em xeque os discursos operados sobre a menstruação, os quais têm sido executados através de mecanismos de ordem colonial, capitalista, racista e patriarcal, convencionalmente justificados na sociedade moderna pela ciência eurocêntrica, a religião cristã e o sistema econômico-político sobre os corpos das pessoas que menstruam.

Corpo é o lugar-território que vivencia experiências, emoções, que traz em si uma memória, que se corporifica nos discursos, por meio da pele, da voz, dos braços etc., trazendo alegria, dor, vitória, derrota (Macedo, 2023; Martins, 2021; Minoso, 2020). Pela lente decolonial, argumenta Martins (2021, p. 23), “o conhecimento é corporificado: o que no corpo e na voz se repete é também uma episteme”. Para Macedo (2023, p. 659), resgatando Leda Martins (2021), “o evento-corpo e evento-palavra é um espaço de manifestação onde há gravações de memórias e produtores de significados”. O corpo é luta, resistência e episteme: tudo o que fazemos está espacialmente situado, atravessado pelas relações de poder e de saber, corporificadas. Por isso, neste projeto, analisamos as narrativas sobre menstruação produzidas pelos corpos que menstruam (e por aqueles que não menstruam), de forma a observarmos como eles explicam os saberes ali produzidos.

Nesse sentido, o projeto desenvolve-se a partir de uma perspectiva multimetodológica e transdisciplinar decolonial, já que a precariedade menstrual é um problema multidimensional com faceta semiótica. A abordagem transdisciplinar decolonial pressupõe uma epistemologia ética e política, que objetiva

apropriarse críticamente del uso de múltiples disciplinas y métodos, sobre todo en las humanidades y ciencias sociales, y a construir nuevas categorías metodológicas, formas discursivas, prácticas pedagógicas y políticas y espacios institucionales que buscan expandir un movimiento de emancipación, liberación, y descolonización del poder, del ser y del saber (Maldonado-Torres, 2016, p. 3)⁶.

⁶ Tradução: “Apropriar-se criticamente do uso de múltiplas disciplinas e métodos, sobretudo nas humanidades e ciências sociais, e construir novas categorias metodológicas, formas discursivas, práticas pedagógicas e políticas, bem como espaços institucionais que busquem expandir um movimento de emancipação, libertação e descolonização do poder, do ser e do saber”.



Por essa lente, os eventos de letramento crítico em educação menstrual referentes à menstruação visam posicionar os corpos menstruantes (com suas diversas intersecções identitárias) em articulação às relações sociais, ao discurso, ao fenômeno mental (crenças, valores, ideologias) e às atividades materiais. A posicionalidade dos corpos menstruantes coloca em evidência práticas sociais que tendam a (re-des)articulações hegemônicas (Gomes, 2023a; 2023b; Fairclough, 2003).

Como explicaremos adiante, no planejamento dos eventos de letramento crítico em educação menstrual, organizados pedagogicamente em duas sequências didáticas, aplicamos ferramentas analíticas dos estudos críticos do discurso (ECD) para identificar e analisar de que modo as explicações e qualificações relatadas possam identificar (re-des)articular representações discursivas colonialistas, sexistas, racistas e capitalistas sobre saúde menstrual. Para tanto, os eventos de letramento crítico foram planejados e desenvolvidos à luz da Pedagogia Crítica de Projetos, com ações decoloniais críticas, como proposto por Walsh (2013, p. 29), partindo da “identificación y reconocimiento de un problema, anuncian la disconformidad con y la oposición a la condición de dominación y opresión, organizándose para intervenir; el propósito: derrumbar la situación actual y hacer posible otra cosa”⁷.

Como instrumentos metodológicos previstos nas sequências didáticas que organizaram os eventos de letramento, usamos a roda de conversa, que, para Afonso e Abade (2008) e Figueiredo e Queiroz (2013), caracterizam-se como um instrumento participativo que favorece a construção de uma prática dialógica e possibilita o exercício do pensar compartilhado em torno de uma temática. Segundo os autores, a roda de conversa prioriza debates a partir das vivências e experiências relatadas pelas/os participantes, buscando compreendê-las por meio da partilha de conhecimentos situados. Assim, nas rodas de conversa que planejamos, espera-se que estudantes se expressem sem vergonha e sem medo, que se sintam seguros/as/es para que, de fato, os conhecimentos construídos sejam efetivos para que tenham uma vida mais digna, justa e segura em relação à menstruação e todas as suas complexas dimensões.

Por que fazer eventos de letramento sobre educação menstrual?

Na legislação brasileira, a precariedade menstrual é oficialmente tratada a partir de 2019 com o Projeto de Lei nº 4968/2019 (Brasil, 2019), de autoria da Deputada Federal Marília Arraes, do Partido dos Trabalhadores (PT), transformado

⁷ Tradução: “Identificação e reconhecimento de um problema, anunciam a inconformidade com e a oposição à condição de dominação e opressão, organizando-se para intervir; o propósito: derrubar a situação atual e tornar possível outra realidade”.



na Lei nº 14.214/2021 (Brasil, 2021). São essas investidas que ajudam a instituir o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual, implementado em 13 de junho de 2023 pela Portaria Interministerial nº 729 (Brasil, 2023), envolvendo os ministérios da Saúde, das Mulheres, da Educação, dos Direitos Humanos e da Cidadania, da Justiça e Segurança Pública, e do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. O Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual promove o acesso a tecnologias de gestão menstrual. Especificamente, o Programa garantirá a distribuição de absorventes gratuitos a cerca de 24 milhões de pessoas em condição de vulnerabilidade social, registradas no Cadastro Único - CadÚnico do Governo Federal. O público-alvo do Programa são pessoas em situação de rua ou de pobreza, pessoas de famílias de baixa renda, matriculadas na rede pública de ensino (em qualquer modalidade de ensino, no âmbito estadual, municipal e federal) e pessoas que estejam cumprindo medidas socioeducativas ou que estejam no sistema penal. A distribuição gratuita de absorventes é realizada pelo Programa Farmácia Popular, do Sistema Único de Saúde (SUS).

A qualificação do debate sobre precariedade menstrual toma vulto na agenda pública, em 2021, após a divulgação do Relatório Pobreza menstrual no Brasil: desigualdades e violações de direitos, publicado pelo UNFPA e pela UNICEF. O Relatório destaca como as dimensões estruturais e econômicas constituem e reverberam tal problema, enumerando, especificamente:

- (i) falta de acesso a produtos adequados para o cuidado da higiene menstrual tais como absorventes descartáveis, absorventes de tecido reutilizáveis, coletores menstruais descartáveis ou reutilizáveis, calcinhas menstruais etc., além de papel higiênico e sabonete, entre outros; (ii) falta de acesso a medicamentos para administrar problemas menstruais e/ou carência de serviços médicos; (iii) **insuficiência ou incorreção nas informações sobre a saúde menstrual e autoconhecimento sobre o corpo e os ciclos menstruais**; (iv) questões econômicas como, por exemplo, a tributação sobre os produtos menstruais e a mercantilização dos tabus sobre a menstruação com a finalidade de vender produtos desnecessários e que podem fazer mal à saúde (UNFPA/UNICEF, 2021, p. 11, grifo nosso).

Em um diagnóstico da situação no Brasil, apurou-se que 1,24 milhão de meninas (11,6% do total de estudantes do país) não têm acesso sequer a papel higiênico nos banheiros de suas escolas, e que aproximadamente 4,9 milhões (31,32%) estudam em escolas sem esgotamento sanitário (UNFPA/UNICEF, 2021, p. 18-24). O Relatório também aponta que há atraso na educação sobre saúde menstrual, que normalmente ocorre nos últimos anos do Ensino Fundamental,



quando a maioria des/dos/das estudantes já menstruou pela primeira vez. Educação e informação sobre menstruação e o combate à estigmatização e ao preconceito são urgentes, em especial nas práticas socioescolares, de modo a evitar, principalmente, a baixa produtividade e evasão escolar. Elaborado em 2023 com dados oriundos do Censo Escolar e do Indicador de Nível Socioeconômico (Inse), divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), ligado ao Ministério da Educação (MEC), o relatório *A cor da infraestrutura escolar: diferenças entre escolas brancas e negras*, publicado pelo Observatório da Branquitude (2024), mostra que, por localização e aspectos de infraestrutura, todas as escolas mais pobres do país são majoritariamente negras e não têm coleta de lixo e esgoto, e estão localizadas nas regiões Norte e Nordeste, especialmente no Amazonas. Os dados desse relatório reforçam a necessidade urgente de realizarmos eventos de letramento sobre educação menstrual em escolas públicas do país.

As informações acima apontam para a necessidade de promover eventos de letramento crítico em educação menstrual como um instrumento político capaz de trazer à tona diversos saberes e práticas que permitam construir outros significados e outras formas de pensar a menstruação em suas mais variadas dimensões. O trabalho de orientação decolonial, segundo Walsh (2007, p. 24), tem como propósito “desafiar e derrubar as estruturas sociais, políticas e epistêmicas da colonialidade, que mantêm padrões de poder enraizados na racialização, no conhecimento eurocêntrico.”

Práticas de Letramento: MEInstruAção enredado nas escolas

O projeto inicia-se com um evento de letramento: uma roda de conversa entre a coordenadora e as bolsistas do projeto a partir de temas importantes sobre a pobreza e a dignidade menstrual. A conversa se fez com base nos seguintes documentos produzidos pelo UNFPA/UNICEF: o relatório *Pobreza menstrual no Brasil: desigualdades e violações de direitos* (2021) e o documento *Recomendações para implementação de iniciativas de promoção da dignidade menstrual* (2023). Na roda de conversa, relacionamos os documentos com as vivências e experiências menstruais das participantes. Nas narrativas sobre a primeira menstruação, as bolsistas ressaltaram discursos sobre o tabu em torno da menstruação. O campo da saúde menstrual é atravessado por preconceitos e violências, além da negação de direitos básicos de saúde, e isso foi verificado nas nossas narrativas. Algumas estudantes disseram que nunca faltaram absorventes em suas casas, que até conhecem meninas que deixam de ir à escola porque estão menstruadas e não têm dinheiro para comprar tecnologias



menstruais, mas que, com elas, isso nunca aconteceu. Isso nos mostra o atravessamento de classe na gestão da saúde menstrual.

Nos relatos durante a primeira roda de conversa, também ficou evidente que a primeira menstruação (menarca) foi explicada pelas mães: “após elas nos informarem que ‘tinha descido’”. O susto, ao verem o sangue na calcinha ou acharem que haviam se machucado e as cólicas que, muitas vezes, acompanham a menstruação, revelam o despreparo e o desconhecimento sobre a ciclicidade menstrual. Ver a mancha do sangue, pela primeira vez, na calcinha gera susto e uma sensação de medo, sentimentos narrados que só reforçam a necessidade da educação menstrual nas escolas.

Vários estudos (Chandra-Mouli; Patel, 2020; Menegotto, 2022; Rea, 2019; Vásquez, 2022) apontam que o acolhimento, o apoio e as informações sobre a menarca são geralmente atribuídos às mães, amigas, assim como ocorreu com as vivências das bolsistas e da coordenadora: mães, outras mulheres da família e amigas são as principais fontes de informação sobre a menstruação. No entanto, a informação transmitida, muitas vezes, é falha e vem carregada de conotações negativas, com a menstruação vinculada, na maioria das vezes, à questão reprodutiva.

Em relação ao uso de tecnologias menstruais, duas bolsistas relataram que usam absorventes descartáveis, e uma, o coletor menstrual. Essa é uma discussão necessária porque parte da população não pode usar coletores porque estes exigem acesso à água para fazer a esterilização. Foi ressaltado também o problema de uso de coletores por pessoas que menstruam e que se encontram em situação de cárcere, ou de rua. Essa roda de conversa com as bolsistas foi importante para que pudéssemos refletir sobre as nossas experiências sobre a temática e mostrou-nos como, de fato, temos de entender que a dignidade menstrual só poderá ser alcançada se considerarmos o viés interseccional na elaboração de políticas públicas.

Em 28 de setembro de 2023, na Semana Universitária da UnB, realizamos outro evento de letramento crítico em saúde, por meio de roda de conversa na qual participamos (a coordenadora e as bolsistas) de uma ação de extensão de professoras na Faculdade de Saúde da UnB. As professoras, que também fazem parte do Programa Meninas e Mulheres na Ciência, desenvolveram a atividade Educação em Saúde Menstrual, tendo como público meninas do Ensino Fundamental de escolas públicas do Paranoá, uma região administrativa do Distrito Federal.

Nessa segunda roda de conversa, conversamos com 18 estudantes sobre as várias dimensões que atravessam a saúde menstrual — desde o uso de tecnologias descartáveis e reutilizáveis e seu descarte no meio ambiente ao debate sobre questões culturais em torno do tema — tabu e estigma. Nem todas



as 18 estudantes presentes quiseram relatar as suas experiências com a menstruação, (muitas não se sentiram à vontade). Das estudantes que compartilharam suas vivências, algumas relataram que, ao comentarem com suas mães sobre a menarca, passaram por constrangimentos familiares: as mães compartilharam a informação com outras pessoas do círculo familiar, vinculando a menarca à reprodução, à maternidade. Além disso, a menarca aconteceu, para muitas, no espaço escolar e se sentiram não só constrangidas, mas também vulneráveis devido à falta de infraestrutura das escolas: banheiro, água, papel higiênico e tecnologias menstruais gratuitas.

De todos os temas e questões apresentados e conversados, o que mais chamou a atenção das estudantes foi a grande variedade de tecnologias menstruais, atualmente, disponíveis. A curiosidade centrou-se nos relatos realizados por bolsistas do Programa Meninas e Mulheres na Ciência, que ressaltaram os benefícios de usar, por exemplo, coletores menstruais e calcinhas absorventes, pensando não somente no conforto, segurança e praticidade, mas também no meio ambiente. Isso nos mostrou que, nos eventos de letramento, com as rodas de conversa, que realizaríamos no IFB campus Plano Piloto, seria de suma importância levar os variados tipos de tecnologias menstruais (absorventes descartáveis, reutilizáveis, internos, calcinhas absorventes, coletores, disco menstrual etc.), para que as/es/os estudantes compreendessem a composição, a estrutura e o tamanho dos objetos.

Essa roda de conversa foi uma experiência interessante porque pudemos observar como as questões sobre menstruação são ainda pouco informativas: por exemplo, houve dúvidas, inclusive, em relação ao uso de absorvente interno e virgindade. Essas narrativas se alinham à pesquisa de Menegotto (2022), que analisou as experiências menstruais de meninas e adolescentes da periferia de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, no Brasil. Os relatos também reforçam o mapeamento de Chandra-Mouli e Patel (2020) sobre as crenças e práticas de meninas adolescentes em países de baixa e média renda em torno da menarca, da rotina menstrual e da saúde menstrual, assim como os estudos de Rea (2019), no contexto mexicano, e de Vásquez (2022), na Colômbia. Essas pesquisas e os relatos confirmaram tanto a falta de conhecimento, quanto as informações equivocadas sobre a menstruação.

Os eventos de letramento crítico no IFB - campus Plano Piloto: do planejamento das sequências didáticas às rodas de conversa

Evento 1

No dia 20 de outubro de 2023, realizamos a seguinte atividade: Roda de Conversa I sobre os documentos Pobreza menstrual no Brasil: desigualdades e



violações de direitos e Recomendações para implementação de iniciativas de promoção da dignidade menstrual, produzidos pelo UNFPA/UNICEF. A primeira roda de conversa foi realizada na turma de Informática, do primeiro ano do Ensino Médio, no IFB campus Plano Piloto. Após da leitura dos documentos, projetamos uma animação com sete vídeos narrados, produzidos pelo Projeto MenstruAÇÃO da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo, campus Ribeirão Preto. A roda de conversa prosseguiu com a discussão sobre os vídeos considerando os dados do Relatório e das Recomendações. Esse conjunto de atividades teve duração total de duas horas.

No Evento 1, na organização da sequência didática, incluímos conteúdos que pudessem ressignificar as informações sobre a saúde menstrual. Para tanto, a sequência didática foi constituída de 5 etapas, assim desenvolvidas:

- Etapa 1: apresentação da ação e contextualização breve do tema ‘precariedade e dignidade menstrual’;
- Etapa 2: elaboração de uma nuvem de palavras com a ferramenta Mentimeter, a partir da pergunta: “o que vem à cabeça de vocês quando o assunto é menstruação e pobreza menstrual”, seguida de uma roda de conversa em pequenos grupos, para debate sobre as palavras indicadas na nuvem;
- Etapa 3: conversa com as/os/es estudantes sobre os significados e representações de palavras destacados na nuvem em relação à pobreza menstrual;
- Etapa 4: projeção de cinco vídeos curtos produzidos pelo Projeto MenstruAÇÃO, da USP, com conversa sobre dos conhecimentos ali divulgados, qual (ou quais) as/os/es estudantes não conheciam, e como se sentiram em relação a essas informações;
- Etapa 5: projeção, em slides, de dados referentes ao problema da pobreza menstrual, com base nas informações dos documentos do UNFPA/UNICEF (Relatório e Recomendações).

Finalizamos o planejamento da sequência didática indicando a relação entre o descarte das tecnologias menstruais, o meio ambiente e a sustentabilidade, a partir de dados numéricos. No Evento 1, ficou novamente evidente a vergonha, principalmente, das estudantes em falar sobre a menstruação, reforçando o que Trazibachi (2017, p. 3) aponta para um tipo de emoção regulada por uma política sobre os corpos femininos. No início da conversa, os estudantes homens também não se sentiram confortáveis para falar sobre a menstruação. Fomos mostrando, então, que esse assunto atravessa muitas dimensões da nossa vida em sociedade: econômicas, culturais, de infraestrutura, da sustentabilidade ambiental, da educação e da saúde pública e



coletiva. Muitos estudantes (meninos) aproveitaram a roda de conversa para tirar dúvidas sobre o uso dos vários tipos de tecnologias menstruais (absorventes internos, coletores e discos) e muitos deles se referiram às experiências com as namoradas e irmãs.

É muito importante que os meninos (e os homens adultos) compreendam que a saúde menstrual não é exclusiva do feminino: não podemos nem devemos associá-la somente às meninas e mulheres cisgênero — nem todas as pessoas que performatizam o feminino menstruam (mulheres trans, por exemplo). Além disso, meninos e homens cisgênero precisam entender sobre saúde menstrual, pois eles lidam cotidianamente com as múltiplas dimensões que atravessam essa problemática sociocultural e política. Nessa roda de conversa, os meninos ressaltaram ainda a falta de informação como um grave obstáculo para diminuir as violências simbólicas e linguísticas sofridas pelas pessoas que menstruam. Ressignificar o tabu e o estigma sobre o sangue menstrual (de que é impuro, sujo, nojento), as cólicas durante o ciclo e a tensão pré-menstrual (TPM) foram pontos problematizados. A palavra “vida” foi citada na nuvem de palavras e chamou atenção, principalmente, dos meninos — e foi nesse momento que uma das alunas relacionou a menstruação com a saúde reprodutiva e a existência.

Após essa desconstrução epistêmica, todos/as estudantes participaram mais ativamente da roda. Com o resultado da nuvem de palavras, os/as estudantes, reunidos/as em pequenos grupos, escolheram de uma a três palavras e discutiram a relação destas com o tema ‘pobreza menstrual’. Muitos apontaram a falta de absorventes descartáveis em função da alta taxação imposta para esse tipo de produto e reforçaram a necessidade da distribuição gratuita dos absorventes.

Em seguida, após a projeção dos cinco vídeos curtos, perguntamos aos estudantes se havia alguma informação ali que elas/es não conheciam ou que já conheciam, mas que tinham algum tipo de dúvida. Alguns estudantes comentaram sobre as questões biológicas e o ciclo menstrual, assim como também as reações químicas nos corpos das pessoas que menstruam. Problematicamos também a importância da relação entre os banheiros universais e a saúde menstrual de pessoas transgênero e não binárias e como a falta de acesso ao uso de banheiros pode causar disforia de gênero, entre outros problemas fisiológicos. Finalizamos o evento com uma série de slides elaborados pelas bolsistas, considerando as informações do Relatório e das Recomendações do UNFPA/UNICEF (2021, 2023), além de outros conteúdos pesquisados por elas em outras fontes.



Evento 2

No dia 17 de novembro de 2023, realizamos a Roda de Conversa II sobre a relação entre a precariedade menstrual, tecnologias menstruais e o impacto no meio ambiente, com a mesma turma. Essa segunda roda de conversa também contou com as professoras de Geografia do IFB e uma especialista em gestão ambiental convidada pela coordenadora do projeto. No evento 2, sobre a relação entre a precariedade menstrual, tecnologias menstruais e o impacto no meio ambiente, foi planejada a sequência didática, a seguir:

- Etapa 1: projetamos dois vídeos curtos da National Geographic como parte de uma reportagem sobre os impactos gerados pelo descarte de absorventes de uso único (descartáveis) no meio ambiente. Reportagem: “Como os absorventes tornaram-se tão insustentáveis — Uma combinação de tecnologia e pressão social nos levou a produtos sanitários cheios de plástico. Existe uma solução melhor?”, de autoria da jornalista Alejandra Borunda, especialista em questões ambientais em sua intersecção com a saúde.

- Etapa 2: introduzimos essa temática com slides, a partir de duas perguntas provocadoras: a) “Como os absorventes tornaram-se tão insustentáveis?” e b) “Uma combinação de tecnologia e pressão social nos levou a produtos sanitários cheios de plástico. Existe uma solução melhor, mais sustentável?”. Debate provocado pelas bolsistas.

- Etapa 3: debatemos a combinação entre tecnologias, praticidade, um estilo de vida mais ágil e moderno, e a descartabilidade, além das questões culturais de estigma e tabu que propiciaram o uso de tecnologias menstruais descartáveis.

- Etapa 4: perguntamos: “Quanto de plástico há em um absorvente?” com o uso da ferramenta Mentimeter.

- Etapa 5: apresentamos informações sobre a produção de lixo envolvendo o descarte de insumos descartáveis, que foi problematizado pela professora e pesquisadora em gestão ambiental.

A roda de conversa foi multidisciplinar, com a participação das professoras de Geografia e Linguagens do IFB e da especialista convidada. Esse evento de letramento teve como principais objetivos mostrar para os/as estudantes o impacto causado pelos absorventes descartáveis no meio ambiente e problematizar a precariedade menstrual em suas várias dimensões, inclusive na promoção da sustentabilidade socioambiental. Trata-se não apenas de um evento de letramento em educação menstrual com objetivo de trazer conhecimentos desconstruídos sobre a menstruação, mas também de conscientizar os/as/es estudantes e professores sobre os efeitos do descarte dos insumos menstruais de



uso único no meio ambiente.

Nossa sequência didática partiu da leitura de uma reportagem publicada no site da National Geographic, que serviu para contextualizar as relações entre o descarte de tecnologias menstruais, o meio ambiente e a sustentabilidade, e teve duração de duas horas. Em seguida, introduzimos essa temática com slides, a partir de duas perguntas provocadoras: a) “Como os absorventes tornaram-se tão insustentáveis?” e b) “Uma combinação de tecnologia e pressão social nos levou a produtos sanitários cheios de plástico. Existe uma solução melhor, mais sustentável?”.

Nesse momento, as bolsistas do projeto mostraram, em linhas gerais, como a combinação entre tecnologias, praticidade, um estilo de vida mais ágil e moderno, e a descartabilidade, e também como a vergonha/tabu e a praticidade levam não só ao uso de produtos descartáveis, mas principalmente a uma produção exorbitante e perigosa de lixo no meio ambiente. Ressaltamos que há uma relação entre o capitalismo neoliberal e a produção de absorventes descartáveis, pois as indústrias vendem a praticidade e o conforto mas não informam sobre a produção do lixo e como isso afeta a sustentabilidade ambiental.

Dessa provocação inicial, levamos os/as/es estudantes a refletirem sobre a produção de plásticos e seus efeitos no meio ambiente, a partir de dois vídeos publicados na matéria da National Geographic, acima referida. Após a projeção, as bolsistas do projeto perguntaram os/as/es estudantes sobre as informações expostas e relatadas, indagando a relação entre essas informações e a produção de absorventes internos e externos descartáveis e apresentando vários tipos de produtos, expostos nas mesas. A partir disso, perguntamos: “Quanto de plástico há em um absorvente?” e com a ferramenta Mentimeter, os/as/es estudantes enviaram suas respostas, que foram automaticamente calculadas pelo software em porcentagem, para gerarmos a nuvem de palavras.

Usar o Mentimeter como ferramenta pedagógica permite a participação ativa des/dos/das estudantes, anonimamente, e possibilita que compartilhem o conhecimento em tempo real. A pergunta provocou curiosidade, muitos/as/es conversaram entre si, riram, e todas/os a responderam. Em seguida, as bolsistas apresentaram o resultado correto (a porcentagem de plástico) com informações científicas. Foi um momento bastante produtivo, no qual os/as/es estudantes participaram apontando as relações entre o vídeo, a amostra física dos produtos menstruais e suas embalagens plásticas, e problematizaram os impactos desses descartes no meio ambiente. Por fim, as bolsistas do projeto apresentaram, nos slides, informações sobre a produção de lixo envolvendo o descarte de insumos descartáveis. Esse tema foi, então, discutido e problematizado pela professora e pesquisadora em gestão ambiental.



Algumas considerações...

Nosso objetivo, nos eventos de letramento crítico desenvolvidos, foi criar situações para que os/as/es estudantes refletissem sobre a precariedade menstrual e suas múltiplas dimensões, de modo que se sentissem desafiados/as/es a usar seus conhecimentos para buscar explicações (mais) críticas. De maneira geral, a execução dos eventos de letramento levou aos/às estudantes um conhecimento que, muitas vezes, não chega a eles/elas através dos conteúdos escolares. Ainda que algumas escolas discutam, nas aulas de biologia, questões sobre reprodução sexual, não problematizam a saúde menstrual em uma perspectiva social, decolonial e crítica.

Da parte dos/das/des estudantes e professores/as, foi possível perceber um interesse sobre o tema, pois participaram ativamente e também expuseram suas opiniões; muitos demonstraram indignação, em face da realidade da precariedade menstrual. Ficou claro, ainda, que cabe a nós, enquanto sociedade, pensarmos em modos para reduzirmos a quantidade de lixo que produzimos. Acreditamos que esse foi um dos pontos altos dos eventos: mostrar a estudantes e professores/as que há alternativas mais sustentáveis e menos agressivas à natureza para se cuidar da saúde menstrual.

Tendo em vista que a educação menstrual deveria ser acessada por todas as crianças e adolescentes, entendemos que o projeto cumpre um papel educativo e informativo de importância, já que busca orientar essas pessoas, menstruantes ou não, acerca das problemáticas da menstruação e os impactos do descarte dos insumos menstruais no meio ambiente, agenda importante para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A precariedade menstrual é um problema social complexo, transdisciplinar e multidimensional, atravessado por vários fatores socioeconômicos estruturais, culturais, políticos e ambientais. Desde 2014 a ONU considera o acesso à saúde menstrual uma questão de saúde pública e de direitos humanos. Nesse âmbito, a precariedade menstrual relaciona-se a 6 dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos na Agenda 2030 da ONU e articula-se às três principais metas dos ODS: erradicar a pobreza, combater a desigualdade e a injustiça e ajudar a combater as mudanças climáticas.

Referências

AFONSO, Maria Lúcia M.; ABADE, Flávia L. **Para reinventar as rodas**. Rodas de conversa em direitos humanos. Belo Horizonte, MG: Rede de Cidadania Mateus Afonso Medeiros (RECIMAM), 2008.

ANDREOTTI, Vanessa. Innovative methodologies in global citizenship education: the



OSDE initiative. **Global citizenship in the English language classroom**, v. 1, p. 40-47, 2008.

ASSAD, Beatriz F. Políticas públicas acerca da pobreza menstrual e sua contribuição para o combate à desigualdade de gênero. **Revista Antinomias**, v. 2, n. 1, p. 140-160, 2021.

BARTON, David; HAMILTON, Mary. **Local literacies**: Reading and writing in one community. London and New York: Routledge, 1998.

BOBEL, Chris; WINKLER, Inga T; FAHS, Breanne; HASSON, Katie Ann; KISSLING, Elizabeth Arveda; ROBERTS, Tomi-Ann. **The Palgrave Handbook of Critical Menstruation Studies**. London, UK: Palgrave Macmillan, 2020.

BOBEL, Chris. **New Blood**: Third-Wave Feminism and the Politics of Menstruation. Ithaca, NY: Rutgers University Press, 2010.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 4968/2019**. Institui o Programa de Fornecimento de Absorventes Higiênicos nas escolas públicas que ofertam anos finais de ensino fundamental e ensino médio. NOVA EMENTA Institui o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual; e altera a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.congressonacional.leg.br/materias/materias-bicamerais/-/ver/pl-4968-2019#:~:text=Ementa%3A,15%20de%20setembro%20de%202006>. Acesso em: 07 fev. 2024.

BRASIL. **Lei nº 14.214, de 06 de outubro de 2021**. Institui o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual; e altera a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, para determinar que as cestas básicas entregues no âmbito do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) deverão conter como item essencial o absorvente higiênico feminino. Brasília, 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14214.htm. Acesso em: 07 fev. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 11.432, de 08 de março de 2023**. Regulamenta a Lei nº 14.214, de 6 de outubro de 2021, que institui o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual. Brasília, 2023a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/d11432.htm. Acesso em: 07 fev. 2024.

BRASIL. **Portaria Interministerial nº 729, de 13 de junho de 2023**. Dispõe sobre a implementação do Programa de Proteção e Promoção da Saúde e Dignidade Menstrual. Brasília, 2023b. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2023/pri0729_19_06_2023.html. Acesso em: 07 fev. 2024



BRASIL. **Lei nº 14.214, de 06 de outubro de 2021.** Institui o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual; e altera a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, para determinar que as cestas básicas entregues no âmbito do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) deverão conter como item essencial o absorvente higiênico feminino. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14214.htm. Acesso em: 07 fev. 2024.

BRITO, Mariana A. P. R. **Pobreza menstrual e políticas públicas para mulheres e meninas.** 2021. 99 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2021.

BUCKLEY, Thomas. Menstruation and Yurok Women's Power: Methods in Cultural Reconstruction. **American anthropologist**, Washington, v. 9, n.1, p. 47-60, 1982.

BUCKLEY, Thomas; GOTTLIEB, Alma (org.). **Blood Magic: The Anthropology of Menstruation.** Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1988.

CARVAJAL, Julieta P. Uma ruptura epistemológica com o feminismo ocidental. In: HOLLANDA, Helena B. (Org.) **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais.** Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, p.194-204.

CHANDRA-MOULI, Venkatraman; PATEL, Sheila V. Mapping the Knowledge and Understanding of Menarche, Menstrual Hygiene and Menstrual Health Among Adolescent Girls in Low and Middle-Income Countries. In: BOBEL, Chris et al. **The Palgrave Handbook of Critical Menstruation Studies.** London, UK: Palgrave Macmillan, 2020, p. 609-636.

CHOULIARAKI, Lilie; FAIRCLOUGH, Norman. **Discourse in late modernity: Rethinking Critical Discourse Analysis.** Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.

CERVETTI, Gina; PARDALES, Michael J.; DAMICO, James S. A Tale of Differences: Comparing the Traditions, Perspectives, and Educational Goals of Critical Reading and critical literacy. **Reading Online**, v. 04, n. 09, 2001. Disponível em: <https://eric.ed.gov/?id=EJ662487>. Acesso em: 04 jan. 2024.

COLLINS, Patricia Hills. **Bem mais que ideias.** A interseccionalidade como teoria social crítica. São Paulo: Boitempo, 2022.

CURIEL, Ochy. Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. In: HOLLANDA, Helena B. (Org.) **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais.** Rio de Janeiro, RJ: Bazar do Tempo, 2020, p.120-139.

DUBOC, Ana Paula M. A avaliação da aprendizagem de línguas e o letramento crítico:



uma proposta. In: JESUS, Dánie M.; CARBONIERI, Divanize (Orgs.). **Práticas de Multiletramentos e Letramento Crítico**: outros sentidos para a sala de aula de línguas. Campinas, SP: Pontes Editores, 2016, p. 57-79.

FAIRCLOUGH, Norman. **Analysing discourse**. Textual analysis for social research. Londres; Routledge, 2003.

FIGUEIREDO, Alessandra A. F.; QUEIROZ, Tacinara N. A Utilização de rodas da conversa como metodologia que possibilita o diálogo. In: **Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero**: Desafios atuais do Feminismo. Florianópolis: UFSC, 2013.

GOMES, Maria Carmen Aires. Pobreza menstrual, discurso e identidade de gênero no contexto de pandemia COVID19. **Discurso & Sociedad**, v. 17(3), p. 530-551, 2023a.

GOMES, Maria Carmen Aires. Pobreza menstrual no Brasil: uma análise discursivo-crítica da cadeia de gêneros sobre o Projeto de Lei nº 4968, de 2019. In: SARTIN, Fabiola; CABRAL, Sara. (Orgs.). **Discurso(s) e Linguística Sistêmico-Funcional no Brasil**. 1. ed. São Paulo, SP: Mercado de Letras, 2023b. p. 150-170. (v. 1).

GOMES, Maria Carmen Aires. MEInstruaÇÃO: eventos de letramento sobre menstruação, meio ambiente e ciência em escolas do Distrito Federal. **Participação**, [S. l.], v. 1, n. 42, p. 139-153, 2024. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/participacao/article/view/53719>. Acesso em: 2 dez. 2024

JORDÃO, Clarissa M. No tabuleiro da professora tem... Letramento Crítico? In: JESUS, Dánie M.; CARBONIERI, Divanize (Orgs.). **Práticas de Multiletramentos e Letramento Crítico**: outros sentidos para a sala de aula de línguas. Campinas, SP: Pontes Editores, 2016. p. 41-56.

KALANTZIS, Mary; COPE, Bill; PINHEIRO, Petrilson. **Letramentos**. Tradução de Petrilson Pinheiro. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2020.

MACEDO, Litiane. Notas em negrito: contribuições das epistemes afroperspectivistas contra os ruídos coloniais na produção de saberes no campo dos Estudos Críticos do Discurso. **Discurso & Sociedad**, v. 17, p. 652-676, 2023.

MAGALHÃES, Izabel; SILVA, Kenia Lara; ARGENTA, Julia; PEREIRA, Rebeca. **Language, Literacy, and Health: discourse in Brazil's National Health System**. Lamham: Lexington Books, 2022.

MAGALHÃES, Izabel. Times of Change in a Brazilian University: Insights from Research into the Language, Literacy and Digital Practices of Academics. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, v. 24, p. e34721, 2024.



MAGALHÃES, Izabel, FRANÇA, Lucimar; NUNES, Fernando Felix. (2023). Literacies, Events and Social Practices. **Cadernos de Linguagem & Sociedade**. 2023. 24(1), 229-235. <https://doi.org/10.26512/les.v24i1.4856>

MALDONADO-TORRES, Nelson. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón (Orgs.) **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora, 2018.

MARTINS, Leila Maria. **Performances do Tempo Espiral**: poéticas do CorpoTela. Rio de Janeiro, RJ: Editora de Livros Cobogó, 2021.

MINOSO, Yuderkys E. Fazendo uma genealogia da experiência: o método rumo a uma crítica da colonialidade da razão feminista a partir da experiência histórica na América Latina. In: HOLLANDA, Helena B. (Org.) **Pensamento feminista hoje**: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro, RJ: Bazar do Tempo, 2020, p. 96-120.

LUGONES, María. Colonialidad y género. **Tabula rasa**, n. 9, p. 73-102, 2008.

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, Helena B. (Org.) **Pensamento feminista hoje**: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, p. 52-83.

MENEGOTTO, Januária M. **Experiências menstruais de meninas adolescentes da periferia de Porto Alegre**. 2022. 99 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022.

MOREIRA, Luísa P. A. **Pobreza Menstrual no Brasil: Diagnóstico e Alternativas**. 2021. 31 f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Políticas Públicas) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2021.

OBSERVATÓRIO DA BRANQUITUDE. **A cor da infraestrutura escolar: diferenças entre escolas brancas e negras**. 16 de abril de 2024. Disponível em: <https://observatoriobranquitude.com.br/a-cor-da-infraestruturura-escolar-diferencas-entre-escolas-brancas-e-negras/>. Acesso em: 14 maio 2024.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Health Education**: theoretical concepts, effective strategies and core competencies: a foundation document to guide capacity development of health educators. Cairo: WHO, 2012. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/handle/10665/119953>. Acesso em: 15 fev. 2024.

REA, Aurora Isabel M. **Ecofeminismos: prácticas, discursos y experiencias en**



torno a las alternativas menstruales, desde el Área Metropolitana de Guadalajara. 2019. 280 f. Tese (Doutorado em gestão e economia) – Universidad de Guadalajara Centro Universitario de Ciencias Económico Administrativa, Guadalajara, 2019.

RIBEIRO, Carla Gabriela C.; SANTOS, Sharina N.; RIBEIRO, Lara P. A Pobreza Menstrual: Uma Análise da Dignidade das Presas no Brasil. **Facit Business and Technology Journal**, v. 2, n. 31, 2021.

TARZIBACHI, Eugenia. **Cosa de mujeres:** menstruación, género y poder. Buenos Aires: Sudamericana, 2017.

VÁSQUEZ, Carolina R. Educación Menstrual Emancipadora: uma vía para interpelar la misoginia expressada em la tabú cultural. In: **Conferencia Latinoamericana y Caribeña de Ciencias Sociales.** 7 al 10 de junio de 2022, Universidad Nacional Autónoma de México, 2022.

WEISS-WOLF, Jennifer. **Periods Gone Public.** Taking a Stand for Menstrual Equity. Nova Iorque: Arcade, 2017.

WALSH, Catherine. Interculturalidad Crítica/Pedagogia decolonial. In: **Memórias del Seminario Internacional "Diversidad, Interculturalidad y Construcción de Ciudad"**. Ponência. Universidad Pedagógica Nacional. Bogotá, 17-19 de abril de 2007.

WALSH, Catherine. Lo pedagógico y lo decolonial. Entretejiendo caminos. In: **Pedagogias decoloniales.** Prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir. Quito: Abya Yala, 2013, p. 23-68.

ZAIDAN, Junia Claudia S. de M. Um letramento (no) singular: a retomada da agenda revolucionária em tempos de educação ultraliberal. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, v. 58, n. 3, p. 1310-1330, 2019. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/tla/article/view/8658101>. Acesso em: 13 abr. 2024.

Agradecimentos

Agradeço ao CNPq, pelo financiamento concedido pela bolsa PQ2 e também à UnB ao fomento destinado ao projeto pelo Edital Programa Estratégico DEX/DPI/SDH N.º 05 /2023 – Mulheres e Meninas na Ciência: o futuro é agora.

Recebido em: 30/07/2024

Aceito em: 28/03/2025